

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÉNERO ÀS INVESTIGAÇÕES QUE ENFOCAM A MASCULINIDADE

Amanda Oliveira Rabelo

Universidade de Aveiro

Resumo O que é masculinidade? O homem pode ser feminino? O masculino e o feminino são construídos, por isso, envolvem vários aspectos, inclusive sentimentos. Neste artigo, começaremos por analisar as questões de género e as contribuições destes estudos para as investigações, analisando seguidamente como o género e a masculinidade são construídos.

Palavras-chave género, conceito, masculinidade, investigação.

Abstract

Gender studies contributions to research on masculinity

What is masculinity? Can men be feminine? Masculine and feminine are constructed, so they involve several aspects, including feelings. This paper will analyze gender issues and their contributions to research and how gender and masculinity are constructed.

Key-words gender, concept, masculinity, research.

Résumé

Contributions des études de genre aux recherches sur la masculinité

Qu'est-ce que c'est la masculinité? Est-ce que l'homme peut être féminin? Le masculin et le féminin sont construits, donc ils comprennent plusieurs aspects, notamment les sentiments. Dans cet article, nous commencerons par analyser les questions de genre et les contributions de ces études pour les recherches et ensuite nous examinerons comment le genre et la masculinité sont construits.

Mots-clés genre, concept, masculinité, recherche.

1. Género – conceptualizando e discutindo

A utilização do termo **género** desenvolve-se nas análises feministas a partir de meados da década de 1970 (Scott, 1990; Almeida, 1998) onde é definido como uma construção social de atributos diferentes a homens e mulheres efectivada durante toda a vida, o que acaba por determinar as relações entre os sexos em vários aspectos.

O uso deste termo visa, assim, sublinhar o carácter social das distinções fundadas sobre o sexo e a rejeição do uso da palavra **sexo** que, etimologicamente, se refere à condição orgânica que distingue o macho da fêmea, enquanto que a palavra género se refere ao código de conduta que rege a organização social das rela-

ções entre homens e mulheres. Ou seja, o género é o modo como as culturas interpretam e organizam a diferença sexual entre homens e mulheres (Yannoulas, 2001).

Jane Almeida argumenta que «sendo o sexo determinado antes do nascimento por processos biológicos naturais, o género é um produto cultural adquirido e transmitido nas estruturas sociais» (1998: 43). Assim, os estudos de género consideram a diferença entre os sexos como uma construção social. Diferença que não pode servir como desculpa para desigualdades, mas como motivo para analisar as peculiaridades dos dois sexos, o que implica um não-acatamento das diferenças assentes simplesmente no aspecto biológico e uma rejeição dos enfoques naturalistas.

Cabe destacar que Judith Butler (2003) considera arbitrária a distinção sexo/género, pois como a natureza é uma construção, o próprio sexo não é natural, mas discursivo e cultural como o género. Por isso, propõe a noção de género como «efeito», no lugar de um sujeito centrado, ou seja, o género é um «efeito», um sentido em si do sujeito. Guacira Louro (2000) lembra-nos, ainda, que a sexualidade e o género podem estar ligados à natureza, mas não podem ser a ela reduzidos, pois a própria natureza é uma construção histórica e social: o «natural» acontece pela linguagem, pelas representações e modifica-se historicamente.

Concordamos com tal argumento, ou seja, que tanto o sexo como o género são construídos, mas para não existir confusão entre estes conceitos nas investigações é preciso existir uma diferenciação entre eles. Nesta diferenciação, como Joan Scott observa no seu artigo «Género: uma categoria útil de análise histórica», o género passou a ser visto como um modo de distinguir a «prática sexual dos papéis sexuais consignados a homens e mulheres e enfatiza um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é directamente determinado por ele. Ele age mais sobre os domínios que implicam as relações entre os sexos» (Scott, 1990: 7-8).

O género é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, uma construção social de ideias sobre papéis adequados a homens e mulheres. Não devemos, pois, interligar, pura e simplesmente, o género e a biologia (Scott, 1990). Robert Connell (1997) concorda com esse pensamento e diz que o género é uma prática social que se refere aos corpos, mas não se reduz a eles, pois o género existe na medida em que a biologia não determina o social.

Utilizamos a definição de género de Joan Scott que se divide em duas partes:

1. «O género é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos».
2. «O género é um primeiro modo de dar significado às relações de poder» (Scott, 1990: 14-16).

É na segunda proposição que é apresentada a teorização de **género** de Joan Scott que possibilita compreender a reciprocidade entre género/sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, «pelas quais a

política constrói o gênero, e o gênero constrói a política» (Scott, 1990: 16-17). No entanto, a política é somente um dos domínios nos quais o gênero pode ser utilizado para a análise histórica. Por exemplo, as hierarquias fundamentam-se nas percepções generalizadas da relação «natural» entre masculino e feminino, as definições normativas de gênero reproduzem-se na cultura dos trabalhadores e das trabalhadoras, entre outras.

Para proteger o poder e as hierarquias a referência às características masculinas e femininas deve parecer certa, fixa e natural. «Desta maneira, a oposição binária e o processo social tornam-se ambos partes do sentido do poder ele mesmo; pôr em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema inteiro» (Scott, 1990: 18). Como as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, só é possível que as coisas mudem de acordo com os processos políticos¹.

Jane Almeida (1998) acentua que os significados, as normatizações valorativas, as práticas, os símbolos e as configurações de poder entre os sexos variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as raças e os momentos históricos. Estes significados, práticas e configurações de poder formam redes de significações que se edificam e se relacionam integradamente. Assim, actuando em todos os âmbitos da vida quotidiana e nas relações de poder da sociedade, tais relações acabam por revelar os conflitos e as contradições existentes entre os sexos e as suas práticas.

Para estudar o modelo de estrutura de gênero, Robert Connell (1997) propõe a análise de três dimensões: entender as relações de **poder** (a subordinação das mulheres e a dominação dos homens que persiste apesar das resistências), as relações de **produção** (a divisão sexual do trabalho e as suas consequências económicas), e também a *cathexis* (o vínculo emocional, a heterossexualidade). Por isso, devemos ir além do próprio gênero para entendê-lo, pois este é somente um dos componentes da estrutura social.

Em resumo, para estudar o arcabouço das relações de gênero precisamos enfatizar os seus vários aspectos, os quais passam pelas interações entre homens e mulheres, mas que vão muito além, sendo uma estrutura ampla que abrange a política, a família, a sexualidade, as instituições, as normas, a identidade e que tem uma dimensão local e internacional. A sua estrutura é muito mais complexa do que as divulgadas dicotomias homem/mulher.

1.1. Estudo de gênero não é sinónimo de estudo da mulher

Quando falamos sobre estudos de gênero, a primeira ideia que vem à mente é, ainda, mulher, feminilidade ou feminismo. Inicialmente, as investigações de gênero estiveram relacionadas com os estudos feministas sobre as mulheres – que representaram uma transformação dos paradigmas dentro das ciências e a

¹ A autora utiliza político no sentido de que diversas significações conflituam para assegurar o controle (Scott: 1990).

obtenção do reconhecimento e legitimidade institucional de uma nova categoria científica, novas metodologias e campos de pesquisa que visam reexaminar premissas e critérios da análise.

Recordemos que o termo **género** é comum aos **dois sexos** e deve ser entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais. Conforme afirma Jane Almeida (1998: 40): «o conceito de género não se refere especificamente a um ou outro sexo, mas sobre as relações que são socialmente construídas entre eles». Joan Scott também ressalta esta compreensão dizendo que o termo género também é «utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto «mulheres» é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro» (1990: 7).

Assim, considerar os estudos de género como sinónimo de estudo das mulheres é utilizar um sentido mais restrito e simplista, pois sua conceptualização mais geral enfoca a construção social das relações entre homens e mulheres (Scott, 1990).

Silvia Yannoulas *et al* salientam que é necessário «evitar a tentação ginecêntrica dos feminismos» (2000: 446), pois o foco deve estar na elaboração de teorias que mostrem com a maior clareza possível as actividades das mulheres enquanto actividades sociais, assim como as relações sociais de género, como elemento importante para a compreensão da história humana.

Por isso, os estudos de género são importantes, por exemplo, para a análise dos homens em actividades sociais socialmente consideradas como femininas. Deste modo, o seu trabalho ou tarefa entra em conflitualidade com as expectativas e pode mostrar excepções aos padrões de género ou tentativas de reafirmação. Enfim, os estudos de género entendidos de uma forma ampla ajudam a compreender os conflitos, resistências, reafirmações, satisfações e sucesso destes homens (e vice-versa).

1.2. Características dos estudos de género

Para Silvia Yannoulas *et al.* os estudos de género podem ser entendidos como: «um corpus de saberes científicos, que têm por objectivo proporcionar categorias e metodologias para análise das representações e condições de existência de homens e mulheres em sociedades passadas e futuras» (2000: 426). Portanto, as principais características comuns que resultam da adopção do enfoque de género são:

- **Comparatividade** – é preciso destacar as diferenças, as semelhanças e as relações entre as formas de representação e as condições de existência de homens e de mulheres em vários aspectos (trabalho, educação, família...) e com vários tipos de análise (como comparação social, cultural e temporal).
- **Transversalidade** – os Estudos de Género exigem uma abordagem multidisciplinar, pois referem-se a problemas transversais que atravessam o

conjunto de fenómenos estudados pelas diferentes disciplinas, o seu sentido é multilateral e polimórfico.

- **Politicidade** – é preciso analisar as relações de poder e hierárquicas.
- **Historicidade** – não é possível estudar qualquer problemática de género sem observar sua variação na diacronia e na sincronia, pois o género é um fenómeno temporalmente mutável.
- **Espacialidade** – as relações de género variam no espaço e as diferenças de género comuns num lugar podem não ser comuns noutros.

É necessário perceber a forma de construção das desigualdades entre os sexos que se efectivam em todas as instâncias da vida social pública e privada (no trabalho, no casamento, na descendência, na sexualidade, nos media e até nas ciências), assim como nos mecanismos de produção e de reprodução da **discriminação**².

As distinções, exclusões ou restrições baseadas no sexo que tenham por objectivo prejudicar o exercício pela mulher dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, económico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo são definidas pela ONU (citado por Yannoulas, 2001) como **discriminação contra as mulheres**. Contudo, como as mulheres não são o único alvo deste tipo de discriminação, sublinhamos a necessidade de reformular esta definição para **discriminação de género**, pois os homens também sofrem discriminações pautadas pelo género, sobretudo quando fogem das «expectativas masculinas».

De acordo com Jane Almeida (1998), a **conduta sexista** consiste geralmente em atribuir às diferenças anatómicas e fisiológicas de homens e mulheres correspondentes diversificações ou aptidões para o exercício de determinadas funções sociais e no mundo do trabalho, num pré-julgamento do que é adequado para cada sexo. O processo de imputar a homens e mulheres determinismos sexuais biologicamente herdados implica a existência de uma ditadura de género para os dois sexos que leva à hierarquia do masculino sobre o feminino, numa escala axiológica na qual as mulheres ficam a perder, dado que as actividades masculinas são consideradas mais importantes que as femininas. Essa dupla (des)valorização conduz a diferentes implicações no mundo do trabalho, no espaço público/privado e nas instâncias do poder.

² Yannoulas (2001) define discriminação como a conduta (acção ou omissão) que viola os direitos das pessoas com base em critérios injustificados e injustos, tais como raça, sexo, idade, opção religiosa e outros. Ainda de acordo com a autora, há várias formas da discriminação se manifestar: a **directa ou manifesta** (a exclusão explícita), a **encoberta ou indirecta** (as ideias e práticas admitidas informalmente, influenciando um comportamento «usual» e «válido» para cada grupo social) e a **autodiscriminação** (que é uma espécie de vigilância interiorizada para assegurar que agimos de acordo com os parâmetros delimitados pela manifestação encoberta ou indirecta), que causa efeitos mais imperceptíveis que modelam desejos, expectativas, anseios e motivações.

Estas implicações não afectam só as mulheres, mas também os homens. Enfim, os estudos de género visam superar as desigualdades e discriminações, mas Jane Almeida (1998) destaca que isso não é fácil, pois não basta que o considerado «inferior» obtenha os direitos e ocupe as mesmas posições do «superior». As desigualdades só serão superadas se forem abolidas as divisões sociais de género, assim como as de classe e raça, numa sociedade assente sobre bases igualitárias; o que torna necessária a apropriação de uma consciência crítica e política.

A necessidade de igualdade é uma visão reconhecidamente correcta e revela-se como a única alternativa possível para a superação dos desequilíbrios sociais. Contudo, existe um utopismo nessa premissa (apesar das conquistas obtidas), pois as relações entre os sexos, as classes sociais e as raças entrelaçam-se na vida diária. A superação simplesmente no plano político ou económico não leva a mudanças substantivas na situação das mulheres se não houver também mudanças na microestrutura que perpassa quotidianamente as relações sociais e as representações ideológicas acerca das diferenças (Almeida, 1998).

Deste modo, buscamos a superação das desigualdades de género, mas sabemos que a igualdade é uma utopia que, apesar de difícil, precisa ser procurada com a consciência de que a sua possibilidade está no questionamento de todas as acções sexistas e de que «não se dá por decreto», não se efectua de cima para baixo, nem de baixo para cima, mas numa via dupla.

1.3. A mudança de hábitos das investigações de género

Parafraseando Joan Scott, destacamos a mudança de alguns dos hábitos académicos que os estudos de género implicam. Em primeiro lugar, rejeitar o carácter fixo e permanente da **oposição binária** na história conferindo uma atenção especial «às distinções entre nosso vocabulário de análise e o material que queremos analisar» (1990: 13), buscando diversos meios de análise (auto)crítica das categorias utilizadas, sem esquecer o contexto onde a oposição binária opera, «derrubando e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como evidente por si ou como sendo da natureza das coisas» (*ibidem*).

Além da rejeição das oposições binárias **a revisão constante do vocabulário utilizado**, pois conforme destacam Graça Abranches e Eduarda Carvalho (2000) a própria linguagem que utilizamos já nos insere nas práticas sociais sexistas. O sistema de representação linguística dos sexos não é universal. Em muitas línguas (gramaticalmente ou semanticamente) o masculino é utilizado como positivo (com função genérica, norma/ /ponto de referência/medida do humano) e o feminino como negativo (como excepção à norma, incluída ou subsumida frente ao masculino), mas existem línguas que não são tão marcadas por esse sexismo e a forma como ele existe diferencia de língua para língua. Recorde-se que há uma desvalorização de palavras associadas às mulheres pela pejoração e aquisição de conotações sexuais negativas.

Por isso, é necessário reflectir sobre o carácter discriminatório da linguagem, ter consciência de que os usos linguísticos estabelecem relações de poder desiguais e injustas entre mulheres e homens, rejeitar termos sexistas e, consequentemente, tentar substituí-los por outros. É imperativo instigar o desaparecimento da quimera da neutralidade das palavras, esfumar a ilusão de que há uma «linguagem comum» partilhada e usada nos mesmos termos por todos e por todas.

Cabe ressaltar que concordamos com Abranches e Carvalho (2000) que estas preocupações expostas não se restringem à área das línguas, nem localizamos somente na linguagem todas as práticas de discriminação e injustiça social, pois estas materializam-se das mais diversas maneiras. A realidade de opressão não muda apenas com uma mudança da linguagem, no entanto, não podemos ignorar que se utilizam recursos linguísticos e metalinguísticas para oprimir pessoas ou grupos ou que a linguagem, a opressão e a desvantagem estão intimamente relacionadas.

Ainda propondo mudanças nos hábitos académicos, Joan Scott adverte que «devemos nos perguntar mais seguidamente como as coisas se passaram para descobrir por que elas se passaram» (1990: 14), examinando os **métodos de análise** e **hipóteses** para explicar como pensamos que a **mudança** tem lugar, pois os processos são concebidos de forma interligada (não fazendo sentido pesquisar origens únicas).

Os estudos com enfoque de género questionam e desafiam os contributos teóricos clássicos, pois reconhecem a importância da vida quotidiana e dos sentimentos humanos, buscando abordagens para desvendar o quotidiano e recuperar categorias de análise que também privilegiem a **dimensão subjectiva**. «Afim, essa é uma dimensão essencial a todos os seres humanos e negá-la é negar a própria humanidade de cada um» (Almeida, 1998: 44).

Helena Araújo (2000) lembra-nos que, sem agência, a sociologia desumaniza-se. A subjectividade permite-nos falar não só da emoção e do afecto, mas também do sentido particular que os indivíduos constroem a partir da sua experiência e que varia do conteúdo para o contexto, sem deixar de relacionar a singularidade do individual com a universalidade do sistema; a análise da subjectividade precisa ser clarificada, pois é central para perceber, por exemplo, a construção da profissão docente como trabalho feminino; e destaca os métodos biográficos como modo importante de captar as subjectividades.

Joan Scott explica que tanto o «sujeito» como a «organização social» são igualmente importantes para compreender a construção do género e a incidência de mudanças, pois a subjectividade forma-se em contextos sociais e históricos. Para Scott isso significa que é preciso substituir a noção de um poder social unificado pela de um poder mais próximo do conceito foucaultiano, o qual deixa mais espaço para construir uma identidade, uma vida, uma sociedade com certos limites e com uma linguagem, que «põe limites e contém a possibilidade de negação, de resistência, de reinterpretação, de jogo de invenção metafórica e de imaginação» (1990: 14).

A agência humana é controlada pelos poderes presentes nas relações sociais desiguais que limitam a possibilidade de resistência, mas isso não significa que este limite não possa ser ultrapassado. Por isso é imprescindível fazer uma história crítica das subjectividades, procurando desconstruir o carácter essencialista e parcial dos estudos tradicionais (que acolhem a superioridade do homem branco ocidental) e desnaturalizar as diferenças construídas historicamente a respeito do masculino e do feminino.

Os estudos de género associados à integração de aspectos objectivos e subjectivos (principalmente no conhecimento histórico), foram importantes e pioneiros na redescoberta de **novas fontes**. Algumas motivações para tal redescoberta foram a falta de conservação das histórias e documentos de autoria feminina, a sua escassez, causada por vezes pelo analfabetismo, pela destruição de documentos e pela falta da instrução feminina.

Deste modo, a dificuldade de se escrever sobre mulheres levou a uma redefinição do campo da historiografia que implicou criticar os tradicionais contributos teóricos, metodológicos e de periodização (neste caso rompendo com a linearidade da história). Jane Almeida (1998) destaca que as investigações de género se direccionam para as **abordagens qualitativas**, com **ênfase no acto de lembrar** e nas **fontes orais**, entrevistas abertas, técnicas etnográficas, observação participativa, literatura e escritos variados.

Neste contexto, as fontes antes relegadas para o esquecimento passam a ser consideradas e emergem nas análises ressaltando vários aspectos da vida privada e da sua relação com o espaço público. Assim, permitiram a vários estudos de género dar voz às mulheres silenciadas, que tinham muito a dizer sobre o seu passado e sobre as condições de género em que se inseriam, desvendando uma história de resistência e submissão, aceitação e negação dos papéis sexuais, pioneirismo e modernidade (Almeida, 1998).

Os estudos de género também **questionam a neutralidade sexual**, assumida na produção académica quando as investigações não contemplam o género como categoria de análise, pois consideram que o sujeito **não é universal ou assexuado** e que não há categoria de análise que dê conta de toda a complexidade da vida (Almeida, 1998).

Portanto, o estudo da história das mulheres foi pioneiro em **desafiar a pretensão** da história de fazer um **relato completo/perfeito** e de colocar a presença intrínseca do objecto da história como o homem universal, sendo necessário questionar o «masculino generalizador» que se repercute na ocultação da participação da mulher na história (Vasconcelos, 2005).

Silvia Yannoulas *et al.* (2000) também destacam que tanto as pesquisas de género como a presença das mulheres nos meios académicos contribuíram para a percepção das mulheres como sujeito e objecto de pesquisa e para a transformação da ciência androcêntrica (supostamente neutra e universal que privilegia o ponto de vista dos homens como eixo articulador do saber, sem considerar ou desvalorizando o ponto de vista das mulheres); tal androcentrismo, de acordo

com Miguel Almeida (1995), impediu que se ouvisse a voz das mulheres, mas também que se ouvisse a diversidade das vozes masculinas.

Para Silvia Yannoulas *et al.* (2000), a **objectividade dinâmica**³ permite: a não dicotomização dos conhecimentos, a união dos saberes, a transformação dos sistemas de saber e das formas de ver. Admite-se, então, a interpretação e a compreensão parcial, pois não há sujeito universal nem categorias de análise que dêem conta de toda a complexidade da vida. O objecto de pesquisa precisa ser «objecto» e «actor» ao mesmo tempo, pois é passível de transformação constante, unindo a ética e a política como «pilares fundamentais para a objectividade da ciência» (Keller, citado por Yannoulas, *et al.*, 2000: 446).

Defendemos, então, essa objectividade dinâmica que interliga o sujeito e as condições sociais que agem sobre eles; que relaciona as fontes qualitativas (potencializadoras da emergência da subjectividade) com a análise dos dados quantitativos mais gerais; que pressupõe a não dicotomia dos conhecimentos, a não naturalização da masculinidade e feminilidade, desconsiderando as análises universais, pois na verdade elas são contextuais, ou seja, espaciotemporais.

2. Género construído

A definição social do ser homem e do ser mulher e dos seus modos próprios de ser em várias sociedades não se tem limitado a estabelecer uma diferenciação binária entre estas categorias sociais. Para Lúgia Amâncio (1998) são estabelecidas diferenciações assimétricas entre elas, ou seja, ao homem são conferidas competências que funcionam como referente universal, enquanto que a mulher é referida como categoria específica (conforme acontece na linguagem).

Lúgia Amâncio considera que a discriminação tem a sua origem nesta «forma de pensamento social que diferencia valorativamente os modelos de pessoa masculina e feminina e as funções sociais dos dois sexos na sociedade» (1998: 15, 28-29). Por isso, importa analisar não as diferenças entre homens e mulheres, mas o «pensamento social» sobre a diferenciação do masculino e do feminino, ou seja, a epistemologia do senso comum sobre os sexos, a ideologia e as relações intergrupos.

Para a autora os estereótipos sexuais não têm a mesma funcionalidade para homens e mulheres: o estereótipo feminino normatiza os comportamentos, caracteriza as mulheres e serve para os homens identificarem as mulheres, enquanto que para as mulheres a universalização de tais estereótipos ou a valorização positiva dos mesmos seria mais pertinente para não perderem a sua especificidade; já o estereótipo masculino além de orientar os comportamentos, distingue os indivíduos mais pela sua autonomia do que pela sua categoria de pertença. Desta forma, os estereótipos ajudam na dominação masculina e são prejudiciais às

³ Que é utilizada nos estudos de género e usa a experiência subjectiva em prol de uma objectividade mais efectiva.

mulheres, pois a norma é masculina e a exceção é feminina. As mulheres para serem «dominantes» acabam por ter que assumir características que são consideradas «masculinas», assim a sua feminilidade fica comprometida e isto tem consequências nas suas vidas (Amâncio, 1998).

Os padrões de comportamento de homens e mulheres «constituem a parte mais visível de um fenómeno que o senso comum designa por diferenças entre os sexos, mas por detrás desta evidência observável esconde-se a determinação de uma ideologia que é partilhada por ambos os sexos» (Amâncio, 1998: 177). Uma ideologia de estereótipos que, para a autora, tem implicado consequências mais fortes para as mulheres, pois para elas é mais fácil obter sucesso numa actividade feminina e o seu sucesso numa tarefa masculina suscita impressões mais negativas do que o seu fracasso.

O que a autora verifica é que o senso comum procura simplesmente confirmar a hipótese da estratificação social e justificar aquilo que é incongruente com ela. O «diferente» tem maior visibilidade: um único comportamento serve para explicar e comprovar uma hipótese previamente existente do estereótipo. Essa é a base menos visível da discriminação das mulheres. E destaca que não é o homem enquanto «sexo dominante» que impõe o seu pensamento sobre a mulher, os **dois sexos partilham/reproduzem determinados valores**, as discriminações de género não são atribuídas nem só às mulheres nem só aos homens (Amâncio, 1998).

Enfim, ambos os sexos assumem modelos de comportamento que lhes são socialmente impostos como se fossem naturais, partilhando pressupostos e contribuindo para acentuar a diferença entre homens e mulheres. A masculinidade e a feminilidade são construídas na interacção entre os sexos, não pelos seus pares nem por um só sexo. Se ambos partilham os estereótipos e contribuem para a desigualdade, tanto reprimindo, quanto construindo modos de ser, é possível questionar as regras que tentam fixar o masculino e o feminino a partir desta construção do ser e questionar as relações de poder que os formulam.

2.1. A masculinidade não cai do céu, ela nasce do chão

Elisabeth Badinter lembra-nos que geneticamente «é o homem que gera o homem» (1996: 99) (pois o sexo masculino – cromossomo Y – é transmitido pelo pai) e para ela o homem tem papel importante na construção da identidade masculina, um processo que é adquirido com o preço de grandes dificuldades, pois a masculinidade tem sido definida pelo «não ser»: não ser feminino, não ser homossexual, não ser dócil, não ser efeminado na aparência física ou nas maneiras...

Cabe destacar que para a maioria das pessoas ser homem é basicamente: não ser mulher e ter um corpo que apresenta órgãos genitais masculinos. Miguel Almeida explica que a complexidade encontra-se precisamente na ingenuidade de remeter para caracteres físicos do corpo uma questão de identidade pessoal e social, pois «ser homem» nunca se reduz aos caracteres sexuais, mas «a um con-

junto de atributos morais de comportamento, socialmente sancionadas e constantemente reavaliados, negociados, lembrados. Em suma, em constante processo de construção» (1995: 127-128).

É necessário fazer uma análise de como são formadas as masculinidades para compreender as atitudes dos homens, as resistências ou confirmações que eles representam. Sobre estas questões Robert Connell continua a ser um autor de referência.

No seu livro «Masculinities» (2005) Connell teoriza a masculinidade interligada com a conceptualização de género considerando os contributos dos estudos feministas. O género é algo tão presente que parece natural, mas envolve, na realidade, um enorme esforço social (inclusive em normatizações) para orientar o comportamento das pessoas em determinado sentido.

Para Robert Connell (1995) há uma narrativa convencional sobre o modo como as masculinidades são construídas, como qualquer cultura tem uma definição da conduta e dos sentimentos apropriados para os homens e pressiona os rapazes de várias maneiras a agir/sentir dessa forma (e a se distanciar do comportamento feminino). A maior parte dos rapazes interioriza essa norma social e adopta maneiras e interesses masculinos, à custa, frequentemente, da repressão dos seus sentimentos. Mas mesmo existindo um registo cultural de género, o conceito de masculinidade é recente.

Algumas definições passaram a marcar a masculinidade. Robert Connell (1997) cita as definições: «essencialistas» (definem um núcleo do masculino universal, geralmente arbitrário), «positivistas» (querem definir 'o que os homens realmente são', usam estatísticas, mas acabam por se basear nas tipificações), «normativas» (definem o que os homens deveriam ser) e «semióticas» (contrastam a masculinidade e a feminilidade, a masculinidade é a autoridade simbólica, a feminilidade é definida pela carência). Mas para o autor estas correntes de investigação não conseguem produzir uma «ciência» sobre a masculinidade, pois a masculinidade não é um objecto coerente para produzir uma ciência generalizadora, não é um objecto fechado, mas um aspecto de uma estrutura maior.

Assim, o autor diz que as masculinidades surgem em sistemas de relações de género, por isso é preciso centrar as investigações sobre a masculinidade nos processos e relações pelo qual os homens e as mulheres levam vidas imbuídas de género. Connell resume a masculinidade como, concomitantemente, a **posição** nas relações de género, as **práticas** pelas quais homens e mulheres se comprometem com esta posição de género e os **efeitos** destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura (Connell, 1997).

Não existe uma masculinidade fixa, pois qualquer forma de masculinidade é internamente complexa e contraditória, depende do posicionamento nas relações de género, das consequentes práticas de acordo com estas posições e os efeitos dessas práticas. Portanto, a masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de género, mas Robert Connell (1997) afirma que estas estruturas podem seguir diferentes trajectórias

históricas. Por conseguinte, a masculinidade associa-se constantemente a contradições internas e a rupturas históricas.

Ao assumir que há várias masculinidades, o autor cria o conceito da **masculinidade hegemónica** que representa a forma de masculinidade que em cada tempo-espaço tem destaque em relação a outras. Na nossa sociedade ocidental, a masculinidade hegemónica apresenta-se como a configuração da prática genérica que encarna a resposta ao problema da legitimidade do patriarcado e garante (ou tenta garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres (Connell, 1997).

Algumas críticas efectuadas ao seu conceito de masculinidade hegemónica (Cf. Alves, 2005) consideram que o conceito seria desnecessário quando já existe um conceito de patriarcado que dá conta das masculinidades dominantes e que o conceito de hegemonia acrescentaria muito pouco, sendo necessária uma perspectiva que dê conta das variadas dinâmicas existentes ou que «destradicionalize» as masculinidades.

Contudo, Robert Connell (1990) analisa a teoria do patriarcado e verifica que esse conceito está longe de ser um sistema lógico bem estruturado, pois apresenta-se como uma rede de argumentos a respeito de relações entre várias coisas (como a subordinação das mulheres, as práticas culturais que a sustentam, a divisão sexual do trabalho, as estratégias dos movimentos de resistências, entre outras).

A unidade no patriarcado não é uma unidade lógica, de definição, é historicamente produzida e faz parte de uma luta para impor vários tipos de ordem e de unidade nas relações sociais. A dinâmica do patriarcado deve ser entendida como uma dinâmica composta, na qual interagem a resistência ao poder, as contradições na formação da pessoa, as transformações da produção, entre outras relações (Connell, 1990).

Como o autor afirma, o termo masculinidade hegemónica não é fixo e visa ir além da reprodução cultural, enfatizando o dinamismo da luta social pela liderança na mudança social, pois a masculinidade que ocupa a posição hegemónica em dado contexto é uma posição sempre disputável. Enfim, a «guerra dos sexos» é o resultado de grandes desigualdades, desta forma, o estudo da masculinidade precisa associar assuntos de justiça social (Connell, 1997).

O conceito de masculinidade hegemónica não pressupõe que os portadores mais visíveis desta masculinidade sejam as pessoas que detêm o poder e, apesar de ser correntemente aceite na sociedade, a maioria dos homens não cumpre/ /pratica na realidade os modelos normativos (respeitam as mulheres, não usam violência, etc.), ainda que a maioria dos homens deseje hegemonia, pois beneficia das consequências do sistema patriarcal (obtem vantagens em termos materiais, de honra, prestígio, direito a mandar, direito às melhores posições sociais). Ou seja, a maioria dos homens tem uma cumplicidade com o projecto hegemónico, isto é, uma **masculinidade cúmplice** (Connell, 1997).

Em síntese, o género está imbricado em relações de poder. Os homens, enquanto grupo dominante, estão interessados na conservação do poder e as

mulheres estão interessadas na mudança. Não sendo a única forma de masculinidade, a masculinidade hegemónica recorre à autoridade e à violência, que também sustenta a autoridade, mostrando a imperfeição desse modelo. Uma hierarquia completamente legítima teria menos necessidade de intimidar (Connell, 1997).

Enfim, «a **masculinidade não cai dos céus**; ela é **construída por práticas masculinizantes**, que estão sujeitas a provocar **resistência** [...] que são sempre incertas quanto a seu resultado. É por isso, afinal, que se tem que pôr tanto esforço nelas» (Connell, 1990: 90. Sublinhados nossos).

Miguel Almeida demonstra que o efeito principal deste sistema é o controlo social, que se exerce sobre os homens quanto mais eles se afastaram do modelo hegemónico, o que implica um autocontrolo ou vigilância «que se aplica a todos os domínios da experiência humana em interação: o modo de falar, o que se diz, o modo de usar o corpo, a roupa, as atitudes a tomar perante situações de tensão, conflito, emotividade» (1995: 242).

Ou seja, a resistência não está presente somente na feminilidade. Dentro da dominação da masculinidade há relações de dominação e subordinação, até mesmo entre grupos de homens, como o dos homens heterossexuais sobre o dos homossexuais (pela estigmatização, exclusão política e cultural, abuso cultural, violência, discriminação económica e boicotes pessoais), mas esta parece ser a **masculinidade subordinada** mais evidente e mais «associada à feminilidade».

A forma como a masculinidade hegemónica na sociedade actual tenta manter o seu domínio relaciona-se com o heterocentrismo⁴, o qual coloca a heterossexualidade como o normal, impondo a dualidade homem/mulher e a dominância do homem sobre a mulher. Neste sentido, como explica Elisabeth Badinter (1996) a homofobia acaba por servir a classificação social, a regulação e o controle da identidade masculina e, além disso, também está ligada a outros medos, como o da igualdade dos sexos.

Como explica Welzer-Lang (2001: 465-468), o heterocentrismo opõe homo/hetero, homem/mulher e faz com que estes pares só adquiram sentido quando tomados juntos. O surgimento da *scientia sexualis* (Foucault, 1988) contribuiu para impor nos homens um quadro heterossexual apresentado como uma forma natural de sexualidade⁵.

Miguel Almeida (1995) refere que uma das características centrais da masculinidade hegemónica, para além da «inferioridade» das mulheres, é a homofobia. Como «a masculinidade é frágil», a forma de agressão mais comum sobre a homossexualidade faz-se na linguagem, agredindo o homem ao associá-lo com o feminino, recurso que é utilizado em todas as relações competitivas e conflitu-

⁴ O heterocentrismo está presente tanto no senso comum como nas análises das ciências sociais, algumas vezes como um «heterocentrismo diferencialista»: uma tolerância opressiva, «que aceita o fato de que existam seres diferentes, os/as homossexuais, e, por consequência, é normal, progressista, lhes dar alguns direitos» (Welzer-Lang, 2001).

⁵ A categoria «homossexual», não a sua prática, é recente, proveniente da designação de uma categoria desviante pelas ciências médicas, que criou também a heterossexualidade.

sas entre homens (no trabalho, nos negócios, no jogo, entre outras). No entanto, o autor constata que no quotidiano as coisas não são tão rígidas, pois um homem pode até ter certos comportamentos, emoções ou actividades «femininas» e vice-versa. Não pode é possuí-las ou exercê-las exclusivamente, o que o excluiria da masculinidade.

Além disso, outra forma de masculinidade subordinada pode estar associada à raça (que Connell denomina de **masculinidade marginalizada**), pois a masculinidade está inserida em contextos sociais mais amplos, em que a classe e a raça também estão presentes. Neste sentido, as masculinidades negras jogam papéis simbólicos para a construção branca do género. Mas nestas dinâmicas podem existir excepções, até porque as dinâmicas se modificam.

Por isso Robert Connell (1997) esclarece que não há um carácter fixo na sua definição, somente configurações de práticas geradas de situações particulares, numa estrutura cambiante de relações. Toda a teoria da masculinidade deve dar conta deste processo de transformação. Não adianta reconhecer apenas que há múltiplas masculinidades, temos que examinar as relações entre elas, inclusive as de classe e raça, e também temos que reconhecer que o género é, ao mesmo tempo, um produto e um produtor da história. Isto não significa que as relações de género sejam débeis e triviais, mas que, inseridas na acção social, se formam e transformam no tempo. Enfim, a masculinidade hegemónica é uma estratégia correntemente aceita na sociedade actual. Quando as condições de resistência do patriarcado mudarem, as bases para o domínio de uma masculinidade particular estarão corroídas (Connell, 1997).

Por conseguinte, as masculinidades são fluídas como as relações de género, a resistência pode ser exercida por novos grupos de homens e/ou de mulheres. A hegemonia patriarcal não é eterna, é historicamente mutável, mas temos que estar atentos/as, pois, como vimos nas análises de Joan Scott, as modificações podem não significar igualdade. Lígia Amâncio indica que:

«Romper com a masculinidade cúmplice, contestando a masculinidade, como parte integrante de uma estrutura global de poder, e as diferenças entre sexos e sexualidades que lhe dão sentido, é uma condição indispensável para uma sociedade mais justa, onde homens e mulheres possam viver, em liberdade, a sua diversidade» (Amâncio, 2004: 27).

Robert Connel (1997) destaca ainda que, conforme muitos autores exaltam, estamos diante de uma actual tendência de crise de paradigmas, dos padrões de género, entre outros, mas não diante de uma crise de masculinidade, pois crise pressupõe um sistema coerente e a masculinidade não é um sistema nesse sentido, é uma configuração de prática dentro de um sistema de relações de género. Falar de crise de masculinidade abrange uma tentativa de restaurar uma masculinidade dominante (Connell, 1997). Amâncio (2004) descreve alguns estudos que assumem esta perspectiva de restaurar uma masculinidade dominante. Só pode-

mos falar de crise relativamente ao sistema de género como um todo, onde tanto as «relações de poder» mostrem tendências de crises⁶, como as «relações de produção»⁷ e as «relações de cathexis»⁸.

As transformações ocorridas nas relações de género afectam todos/as na sociedade, pois todas/os estão envolvidas/os na sua construção. Apesar de estarmos envolvidos/as nos modelos que herdamos, podemos realizar opções que levem a novas relações de género, mas não podemos esquecer os contextos a que estamos ligados/as. Num outro artigo, Robert Connell (1995) afirma que a posição dominante dos homens na ordem do género tem um custo material e que não podemos subestimar a dimensão desse custo, pois não é fácil para os homens (nem para as mulheres) romper seus papéis sexuais rígidos.

Guacira Louro lembra que os homens e meninos são vigiados constantemente e passam por um processo de masculinização (não pode chorar, não se pode aproximar fisicamente de outros homens, não pode trocar confidências, não pode ter afecto), assim «pouco importa sob quais bases foi fundada esta representação; o que importa é que ela teve e ainda tem efeitos na produção de sujeitos masculinos e femininos» (2000: 53).

Neste sentido, Robert Connell explica que «as construções sociais complexas, tais como a masculinidade hegemónica, estão literalmente corporificadas no processo de formação pessoal [...]. As pessoas realmente sentem de forma diferente» (1990: 91).

Enfim, a masculinidade não cai dos céus. Queremos complementar esta frase metafórica de Robert Connell (1990) dizendo que a masculinidade nasce do **chão**, que significa o contexto social, biológico, cultural e histórico onde os homens se inserem, contexto no qual algumas instituições têm sido fundamentais na formação do género, nomeadamente a família, a escola e o trabalho.

Referências Bibliográficas

- Abranches, Graça; Carvalho, Eduarda (2000), *Linguagem, Poder, Educação: O Sexo dos B, A, Bas*, Lisboa, Editora Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Cadernos Coeducação.
- Almeida, Jane (1998), *Mulher e educação: a paixão pelo possível*, São Paulo, UNESP.
- Almeida, Miguel Vale de (1995), *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Lisboa, Fim de século.
- Alves, Maria de Fátima (2005), «Masculinidade/s: considerações a partir da leitura crítica de alguns textos que focalizam homens», *Revista Ártemis*, v. 3, pp. 1-13, [em linha] disponível em http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero3/arquivos/artigos/artigo_08.pdf [consultado em 22/07/2009].

⁶ Com a emancipação das mulheres.

⁷ Com uma participação maior das mulheres no mercado de trabalho.

⁸ Como o homossexualismo e a ampla procura das mulheres pelo prazer/controlado sobre seus corpos. Estas «liberdades sexuais» têm afectado tanto a prática heterossexual como a homossexual.

- Amâncio, Lígia (2004), *Aprendendo a Ser Homem: Construindo Masculinidades*, Lisboa, Livros Horizontes.
- Amâncio, Lígia (1998), *Masculino e feminino a construção social da diferença*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Araújo, Helena (2000), *Pioneiras na Educação: As Professoras Primárias na Viragem do Século: Contextos, Percursos e Experiências, 1870-1933*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Badinter, Elisabeth (1996), *X Y: A Identidade Masculina* (2.ª ed.), Lisboa, Editora Asa.
- Butler, Judith (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- Connell, Robert (1990), «Como teorizar o patriarcado», *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 85-93.
- Connell, Robert (1995), «Políticas da Masculinidade», *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, pp. 185-206.
- Connell, Robert (1997), «La organización social de la masculinidad», in Teresa Valdes, José Olivarría (org.), *Masculinidad/es: poder y crisis*, Santiago de Chile, Isis y Flacso-Chile, n. 24, pp. 31-48.
- Connell, Robert (2005), *Masculinities*, California, University.
- Foucault, Michel (1988), *História da sexualidade 1: a vontade de saber* (7.ª ed.), Rio de Janeiro, Graal.
- Louro, Guacira (2000), *Currículo, Género e Sexualidade*, Porto, Porto Editora.
- Scott, Joan (1990), «Gênero: uma categoria útil de análise histórica», *Educação e Realidade*, v. 16, n. 2, pp. 5-22.
- Welzer-Lang, Daniel (2001), «A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia», *Estudos Feministas*, n. 2, pp. 460-482.
- Yannoulas, Silvia (2001), «Notas para a integração do enfoque de género na educação profissional», in Arno Vogel, *Trabalhando com a diversidade do PLANFOR: raça/cor, género e pessoas portadoras de necessidades especiais*, São Paulo, Unesp, pp. 78-91.
- Yannoulas, Silvia, et al. (2000), «Feminismo e academia», *Revista brasileira de Estudos pedagógicos*, v. 81, n. 199, pp. 425-451.

Amanda Oliveira Rabelo é doutorada em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro, com projecto de pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Contactos: Rua Manuel Barbuda e Vasconcelos, n.º 19, 3.º AE, 3810-498, Aveiro, Portugal. Telefone: (00351) 234 482 087, amandaorabelo@hotmail.com.

Texto recebido em Novembro de 2008 e aceite para publicação em Março de 2010